

A “vastidão da amplidão”, ou Estória e História em Guimarães Rosa

Gilca Machado Seidinger

Universidade São Francisco (USF)/Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - CAR
gilcaseidinger@hotmail.com

Abstract. *The starting point of the present work is the historical-social element and the role it plays regarding an art piece: would it determine its aesthetic value (which is an agent in its structure), or would it only make its creation possible, as a vehicle for the creative force? This work discusses the dimension of history in the works of Guimarães Rosa, based on Walter Benjamin's distinction between the empty homogeneous time that historicism tries to fill, and the revolutionary opportunity which forces a certain time to divert from the homogeneous flow of history. This work is also guided by Hans-Georg Gadamer's idea that in history nothing is incomprehensible: everything can be understood because everything is similar to text.*

Keywords. *Guimarães Rosa; literature; History; Walter Benjamin.*

Resumo. *O presente trabalho tem como ponto de partida a questão do elemento histórico-social e sua função na obra de arte: seria ele determinante do valor estético, agente em sua estrutura, ou, pelo contrário, apenas possibilitaria sua realização, como veículo para a corrente criadora? Discute-se a dimensão da história na obra de Guimarães Rosa, com base na distinção benjaminiana entre o tempo vazio e homogêneo que o historicismo se esforça por preencher e a oportunidade revolucionária que força determinada época a sair do fluxo homogêneo da história. Como mote, guiamos ainda a idéia de Hans-Georg Gadamer de que na história nada é incompreensível – tudo se compreende porque tudo se parece com um texto.*

Palavras-chave. *Guimarães Rosa; literatura; história; Walter Benjamin.*

*Nada é incompreensível na história.
Tudo se compreende porque tudo se parece com um texto.
Hans-Georg Gadamer*

Em artigo intitulado “Os prefácios de *Tutaméia*”, publicado originalmente no *Estado de S. Paulo* em 1968, Paulo Rónai faz uma observação que tem insistido em permanecer ecoando em nossos ouvidos como um sussurro, sutil mas persistente, desde que empreendemos as primeiras leituras dessa obra e da fortuna crítica que a rodeia, e tem sobrevivido assim a tudo que depois dela nesse sentido se seguiu: “a leitura de qualquer página sua é um conjuro” (RÓNAI, apud ROSA, 1976, p. 193).

“Conjuro”, além de remeter à fórmula mágica, ao rogo, também tece relações com a idéia de conspiração, de insurreição, uso de que é exemplo a “Conjuração Mineira”. À vertente do místico e do sagrado, aparentado ao mito, que se entreouve nesse epíteto, alinha-se outra, a do político, da revolução, numa dimensão que se opõe ao mito, ao aproximar-se da História – oposição que pode ser, porém, apenas aparente.

Nesse sentido, tanto se poderia tomar *Tutaméia* como uma prece, quanto como um libelo, um manifesto – pela liberdade da palavra, entre outras coisas. O presente trabalho pretende explorar a segunda dessas vertentes reunindo algumas considerações em torno da dimensão da história na obra rosiana.

Conforme atesta Franklin de Oliveira (1991) em artigo de 1967, a opinião de que Guimarães Rosa era um escritor “alienado” era comum; por outro lado, “o problema da alienação preocupava-o profundamente” (OLIVEIRA, 1991, p. 185). “Escreveu-se, por motivo da morte dramática de Rosa, terrivelmente trágica para o Brasil, que ‘ao contrário da maioria dos grandes escritores, contemporâneos, Guimarães Rosa era singularmente não engajado’. Visão errada, por superficial” (OLIVEIRA, 1991, p. 183), dizia, já nessa época, o ensaísta e amigo pessoal do escritor.

Como exemplo de que tal opinião não se sustenta, Oliveira cita um ensaio do ano de 1960, de autoria de Dante Costa, o qual “fez a prova minuciosa da mensagem revolucionária da obra de Rosa: a denúncia da miséria brasileira, a revelação de um quadro que, pela sua simples amostragem, exige mudança profunda” (OLIVEIRA, 1991, p. 183). Recorrendo a Engels, Franklin de Oliveira argumenta que a mensagem revolucionária deve emergir da *situação descrita*, sem necessidade de menção explícita (OLIVEIRA, 1991, p. 184).

Afinal, “a consciência histórica que caracteriza o homem contemporâneo é um privilégio, talvez mesmo um fardo que jamais se impôs a nenhuma geração anterior” (GADAMER, 1998, p. 17), e Guimarães Rosa não teria podido ficar alheio a isso. Se por *consciência histórica* se entende “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião” (GADAMER, 1998, p. 17), o autor mineiro exerceu esse privilégio como poucos.¹

Por outro lado, não se pode deixar de considerar que são muitos os modos de presença possíveis para a história, no texto literário. E, de acordo com Antonio Candido (1985, p. 5), é preciso perguntarmo-nos, com Lukács: “O elemento histórico-social possui, em si mesmo, significado para a estrutura da obra, e em que medida?” De fato, é ele *determinante* do valor estético, agente em sua estrutura, ou, pelo contrário, apenas possibilita sua realização, como veículo para a corrente criadora?

Veja-se o estudo de Luiz Costa Lima intitulado “Mito e provérbio em Guimarães Rosa” (LIMA, 1974); citando Roberto Schwarz, o autor lembra a passagem, em Guimarães Rosa, da *região* para o destino humano, comparando-a à passagem do destino alemão para os valores universais no *Doktor Faustus* de Thomas Mann, reputando-a, no caso alemão, à *mediação do histórico*, na forma da tradição do romance. Em Guimarães Rosa, entretanto, crê o autor, haveria, em lugar dessa mediação, um “hiato do histórico”, e a ligação região–destino humano dar-se-ia através do mito e sua lógica do concreto (LIMA, 1974, p. 54-5).

Queremos crer, porém, que a existência de um “mediador substituto” na forma do provérbio, “mediador que *se põe em lugar* da indagação histórica” (LIMA, 1974, p. 56-7; grifo nosso) apontaria, na verdade, exatamente para essa presença estrutural do dado social e histórico, e não para sua ausência, e não para um “exílio da história”.² Seria possível pensar, se compreendermos esse “pôr-se em lugar de” como um “representar”, que esse mediador, o provérbio, *representa* a indagação histórica, encena-a, e não a substitui. Julgamos também possível afirmar que o uso e as transformações da linguagem popular e do provérbio em *Tutaméia* exemplificam à perfeição o valor

determinante que o elemento histórico-social pode adquirir na construção da obra literária. Esta é a tese central deste trabalho.

É interessante notar que, de modo geral, “no limite, o dito proverbial reveste um caráter freqüentemente semi-religioso de sentença e oráculo, quase sacralizando as normas de sustentação do grupo” (CANDIDO, apud SIMÕES, 1988, p. 119). Central para nossa argumentação é destacar, aqui, as relações do provérbio com as normas de sustentação do grupo, ao lado de seu valor “quase-sagrado”. Marcando a presença do que é social na língua, ao mesmo tempo, pela subversão, marca a autoria, justapondo o antigo, o fixo, o consolidado, e a inovação, a criação individual, a liberdade. Nesse sentido, parece haver uma aproximação ou mesmo uma complementaridade entre o conjuro-prece e o conjuro-conjuração em *Tutaméia*; as normas de sustentação do grupo têm seu lugar garantido, bem marcado, enunciadas na forma do mito, da adivinha, do provérbio, mas ao se transformar o provérbio, tais normas de sustentação do grupo são subvertidas revolucionariamente.

Para melhor compreendermos o papel da história em Guimarães Rosa, são dignas de menção as reflexões de Ettore Finazzi-Agrò (1998), em “O tamanho da grandeza – geografia e história em *Grande sertão: veredas*”, o qual mostra as relações peculiares que se tecem entre Tempo e Espaço nesse romance. O autor baseia-se no conceito de “obras-mundo”, que o crítico italiano Franco Moretti propõe para aqueles livros com os quais a crítica literária não sabe o que fazer, cuja definição possível é a de uma “épica moderna”, nos quais uma das características fundamentais seria a *contemporaneidade* do que não é contemporâneo: “‘Depois’ transforma-se em ‘Ao lado’ – e a história torna-se assim uma gigantesca *metáfora da geografia*” (FINAZZI-AGRÒ, 1998, p. 109).³

De forma diferente e como que complementar ao regionalismo,

“a obra de Rosa nunca nos coloca diante de duas culturas, de dois tempos, de dois espaços, mas questiona (e nos questiona sobre) a própria noção de cultura e a sua aparente duplicidade, assim como se (e nos) interroga sobre o que se pode entender com “tempo” e “espaço”, ou seja, o que significa a história e a geografia numa terra marginalizada, em que coexistem – um dentro do outro, um através do outro – o atraso e o progresso, o passado e o futuro, o interior e a cidade, a aridez do sertão e o vicejar das veredas” (FINAZZI-AGRÒ, 1998, p. 112).

Acrescentaríamos a essa série, operando um desvio na direção da obra que aqui nos interessa, a coexistência do novo e do já-dito, do lugar-comum, lugar do social da língua, e da invenção, da subversão do normalizado/normatizado, o provérbio “refletindo a realidade do ser e da comunidade” (SIMÕES, 1988, p. 124).

Heloísa Starling (1998), por sua vez, em “O sentido do moderno no Brasil de João Guimarães Rosa – veredas de política e ficção”, vê no projeto literário de Guimarães Rosa uma proposta de releitura de um país que ambiciona a todo custo encontrar um caminho próprio de passagem para o moderno. Sem remeter a nenhuma daquelas práticas interessadas em identificar os sinais peculiares de uma paisagem nacional para torná-la imediatamente legível, oferecendo substância, ainda que mutante e escorregadia, ao nome Brasil, em Guimarães Rosa “a busca do território invisível e indivisível da nação permanece vazada por brechas, vazios, silêncios – desintegração” (STARLING, 1998, p. 139).

Suzi Frankl Sperber (1982, p. 103-110) também expressa opinião similar quando, estudando o fenômeno da organização da linguagem ao longo da obra de Guimarães Rosa, aponta como freqüentes em *Tutaméia* a incompletude do sintagma, a inconclusão da estória – um incompleto que é *espera* e que permitiria a justaposição de uma segunda isotopia, como na anedota, para o que, entretanto, faltam elementos articuladores, criando-se assim uma abertura. Guimarães Rosa teria chegado a um impasse diante da palavra, “impasse que se resolve pela elipse, em diversos casos, mas que no fundo beira o silêncio quase que total – remetido para a transcendência” (SPERBER, 1982, p. 110).

Entretanto, de impasse em impasse, de silêncio em silêncio, vai-se erguendo o edifício feito de palavras, construção de que o conto “Curtamão” (*Tutaméia*) é alegoria acabada: “o que se conta é a estória das estórias, da obra” (NOVIS, 1989, p. 62), tendo por narrador o próprio construtor, enquanto se narra a estória da construção de uma casa, que se ergue à revelia do conservadorismo local: “a casa levada da breca, confrontando com o Brasil”, “a mais moderna...”, como queria a noiva, “progresso do arraial!” (ROSA, 1976, p. 35, p. 34; p. 37), como todos mais tarde têm de reconhecer.

Mais um exemplo daquilo que Franklin de Oliveira, na esteira de Engels, queria ver na obra de Guimarães Rosa, e cuja importância Candido, com Lukács, apontava – a presença estrutural do histórico – é o que indica um trabalho mais recente, de Willi Bolle, segundo o qual *Grande sertão: veredas* “pode ser considerado uma refinada versão ficcional de uma história das estruturas”; sobre a base constituída pela situação narrativa, são montadas camadas de falas “que representam os conflitos sociais e políticos em forma de conflitos entre discursos”, os quais corresponderiam a forças atuantes na história brasileira, sendo o narrador rosiano essencialmente um “comentarista de discursos” (BOLLE, 2002, p. 353). Vale a pena transcrever a seguinte constatação de Bolle, quanto às relações entre a realidade brasileira e a revolução na linguagem operada por Guimarães Rosa:

“Tendo captado intuitivamente as leis sociais e mentais do mundo sertanejo – em lances de compreensão para os quais foi decisivo seu mergulho na linguagem –, o autor passou a organizar essas leis num modelo literário, em que os limites entre documentação e invenção são fluidos, dificultando uma rigorosa separação” (BOLLE, 2002, p. 356);

e ainda a afirmação de que as inovações poéticas e estéticas em Guimarães Rosa “configuram uma utopia que não é apenas literária, mas também política: reinventar o português do Brasil, em forma de uma língua que sirva para o diálogo entre as classes” (BOLLE, 2002, p. 363).

No caso extremo de *Tutaméia*, como aponta Livia Ferreira Santos, os procedimentos inovadores conscientemente praticados pelo escritor – desde o arranjo de situações narrativas singulares, passando pelas modificações inesperadas dos grupos fraseológicos, desconstruídos ou parodiados, até o neologismo, que a autora faz questão de qualificar com o adjetivo “necessário”, para enfatizar sua não-gratuidade e o fato de que transcende o simples jogo de palavras – são justificados teoricamente nos quatro prefácios distribuídos ao longo da obra (SANTOS, 1991, p. 544).

Benedito Nunes, acerca dessa obra como um todo, vislumbra em cada uma das estórias uma espécie de veículo da *epoché* (a suspensão de julgamento dos cépticos): “cada estória manteve em suspensão o conhecimento objetivo, o valor utilitário e

prático das palavras da língua, para permitir a apreensão em profundidade do mundo, renovado e novamente percebido através de nova linguagem” (NUNES, 1969, p. 209).

Ora, com base nas reflexões dos diversos estudiosos acima reunidos, talvez seja possível divisarmos nessa suspensão – ao contrário do método aditivo do historicismo, que “oferece a massa dos factos acumulados para preencher o tempo vazio e homogêneo” – a “paragem messiânica do acontecer” (BENJAMIN, 1986, p. 40-1), a oportunidade revolucionária que força uma determinada época a sair do fluxo homogêneo da História, e que nos agrada ver como “conjuro”. Assim, pode-se supor que Rónai, ao vislumbrar em *Tutaméia* essa força de um conjuro, entrevia aquilo que a crítica que a ele se sucedeu se empenha em demonstrar: conjuro-prece, mas também, e talvez sobretudo, conjuro-conjuração: a força da palavra, palavra mágica, mas também palavra que em si já é – e portanto convoca à – revolução.

Essa idéia pode também nos ajudar a esclarecer o sentido das palavras de Guimarães Rosa em bilhete enviado a Franklin de Oliveira, dias depois de uma discussão em que este lhe observara que a primeira frase de *Tutaméia* – “A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História” – poderia ser usada por aqueles que o acusavam de esoterismo e de alienado. Escreve Guimarães Rosa (apud OLIVEIRA, 1991, p. 185; grifo do autor):

“E, pois, mudando de prosa: / o “A estória contra a História, / você, perjuro de Glória, / acho que não entendeu. / “História, ali, é o fato passado / em reles concatenação; / não se refere ao avanço da dialética, em futuro, / na vastidão da amplidão. / Traço e abraço. João.”

A reles concatenação dos fatos passados não interessa; são, com efeito, apenas fatos acumulados; importa, antes, surpreender as virtualidades daquele momento, a “constelação carregada de tensões” (BENJAMIN, 1986, p. 41), destruir mesmo o contínuo da História, ou ainda captar a História imanente, incluindo-a na dinâmica interna da obra. É exatamente essa tensão que Guimarães Rosa traduz em sua linguagem revolucionária/reacionária.

Nesse sentido, também, podemos entender que Guimarães Rosa figura entre

“os que melhor traduzem os motivos sociais e históricos [– que] não são aqueles que retratam de maneira escrupulosamente exata os acontecimentos, mas sim aqueles que exprimem o que falta a um grupo social, que mostram as possibilidades subjacentes de determinadas situações ou acontecimentos, e tentam assim fazer com que as virtualidades inerentes a uma época passem da potencialidade ao ato” (FREITAS, 1989, p. 115).

Destaquemos aqui: “exprimir o que falta a um grupo”; com isso, confronte-se o que afirma João Adolfo Hansen a respeito da linguagem de *Grande sertão: veredas*: ao mesmo tempo em que, por sua “ilegibilidade” e inovação, designa a ausência de uma efetiva comunidade de linguagem, a linguagem de Guimarães Rosa é também afirmação da urgência de uma nova comunidade de base lingüística, “a busca de uma linguagem comum neste sertão que é Brasil” (HANSEN, 2000, p. 39).

Creemos que a presente reflexão nos forneceu algumas pistas importantes para a leitura de *Tutaméia*, “livro em que a arte de Rosa se imita a si mesma” (HANSEN, 2000, p. 123) – como se uma só dessas artes já não nos desse bastante o que pensar.

Referências

- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BARRENTO, J. (org.). *História literária – problemas e perspectivas*. 2ª. ed. Lisboa: Apaginastantas, 1986, p. 37-41 .
- BOLLE, W. Representação do povo e invenção de linguagem em *Grande sertão: veredas*. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 352-66, 1º sem. 2002.
- CANDIDO, A. Crítica e sociologia (Tentativa de esclarecimento). In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1985.
- FINAZZI-AGRÒ, E. O tamanho da grandeza – geografia e história em *Grande sertão: veredas*. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 108-114, 2º. sem. 1998.
- FREITAS, M. T. Romance e História. *Uniletras*, Ponta Grossa, n. 11, dez. 1989, p. 109-18.
- GADAMER, H.-G.; FUCHON, P. (org.) *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- HANSEN, J. A. *O o: a ficção da literatura em Grande sertão: veredas*. São Paulo: Hedra, 2000.
- LIMA, L. C. Mito e provérbio em Guimarães Rosa. In: _____. *A metamorfose do silêncio*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- NOVIS, V. *Tutaméia: engenho e arte*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- NUNES, B. Tutaméia. In: _____. *O dorso do tigre*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- OLIVEIRA, F. Revolução roseana. In: COUTINHO, E. (Org.) *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. (Col. Fortuna Crítica, vol. 6). p. 179-186.
- RÓNAI, P. Os prefácios de *Tutaméia*. In: ROSA, J. G. *Tutaméia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- ROSA, J. G. *Tutaméia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- SANTOS, L. F. A desconstrução em *Tutaméia*. In: COUTINHO, E. (Org.) *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. (Col. Fortuna Crítica, vol. 6). p. 536-61.
- SEIDINGER, G. M. *Guimarães Rosa ou A paixão de contar: narrativas de Sagarana*. São Paulo: Scortecci, 2004.
- SIMÕES, I. G. *Guimarães Rosa: as paragens mágicas*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- SPERBER, S. F. *Guimarães Rosa: signo e sentimento*. São Paulo: Ática, 1982.
- STARLING, H. M. M. O sentido do moderno no Brasil de João Guimarães Rosa – veredas de política e ficção. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 2, v. 3, p. 138-146, 2º. sem. 1998.

¹ Ver, por exemplo, “A instância narrativa e a relatividade dos sentidos”, ou “A iconização do olhar”, ou ainda “Bem ou Mal, uma questão de focalização”, em que a questão do ponto de vista e sua relatividade é analisada nos contos “Minha gente” e “Conversa de bois” (SEIDINGER, 2004, *passim*).

² Ao atentarmos para a data da publicação desse estudo (ou de sua elaboração, dois anos antes), lembrando a voga do estruturalismo, torna-se curioso, por outro lado, que tenha podido vir à baila a questão histórica.

³ Se em Guimarães Rosa a história se torna figuração simbólica da diversificação geográfica, a tentativa positivista de Euclides da Cunha, pelo contrário, falha quando “tenta reescrever a geografia como história, ou, dito de outra forma, tenta encontrar na geografia o sentido da história” (FINAZZI-AGRÒ, 1998, p. 109), ao constatar a relatividade das noções de “primitivo” e “civilizado”.